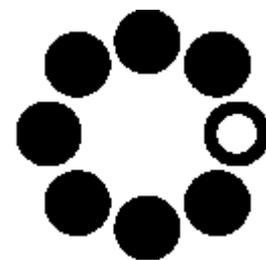


Plano de Atividades
Comissão de Negócios Estrangeiros e
Comunidades Portuguesas
XIII Legislatura
4.ª Sessão Legislativa



CNECP

ÍNDICE

1. Introdução.....	1
2. Das Atividades Previstas, em Geral.....	1
3. Das Atividades Projetadas, em Particular	3
4. Eventos.....	5
5. Rede Diplomática.....	5
7. Deslocações, Visitas e Representações	6

1. Introdução

Nos termos e para os efeitos do disposto do n.º 2 no art.º 108.º do Regimento da Assembleia da República (RAR), apresenta-se a proposta de Plano de Atividades para a 4.ª Sessão Legislativa da XIII Legislatura. O Plano de Atividades que ora se apresenta deverá refletir-se, também, na proposta de Orçamento da Comissão para o ano de 2019, que aguarda subsequente aprovação final.

O presente documento corresponde ao conjunto de atividades destacadas a partir das Linhas Gerais de atuação para a XIII Legislatura, aprovadas em reunião da Comissão de 15 de dezembro de 2016, que veio estabelecer o cenário macro para a mesma, sucessivamente desenvolvido e concretizado no planeamento de cada uma das sessões.

2. Das Atividades Previstas, em Geral

2.1. Parte significativa da atividade da Comissão decorre das suas competências e enquadra-se na rotina da atividade parlamentar, nos termos constitucionais, legais e regimentais. Estão nesta situação as reuniões ordinárias para apreciação de iniciativas legislativas, exame de tratados e acordos, escrutínio de iniciativas europeias e apreciação de petições. Estão, igualmente, nesta situação, as audições regimentais dos titulares políticos governativos e as concedidas a diversas entidades, no quadro das competências da Comissão em matéria da política externa, da cooperação e do acompanhamento das políticas relativas às comunidades portuguesas residentes no estrangeiro. Ou ainda, da atividade, instrumental, da aquisição, tratamento e análise de informações relevantes para as atividades acima elencadas.

2.2. Assume relevância essencial, também, a especial avaliação parlamentar em matérias relacionadas com a ratificação de Tratados e Acordos Internacionais, e o escrutínio parlamentar das iniciativas europeias, com destaque para a atuação no âmbito do pilar da política externa da UE, matérias que competem à atividade da Comissão. Interessarão, de entre outras, as matérias alusivas à segurança no flanco leste da Europa, o problema da segurança no Mediterrâneo __ designadamente no concernente ao fluxo migratório __, e as consequências políticas e económicas derivadas do BREXIT, tendo em conta o papel reservado à atuação do Serviço Europeu de Ação Externa, cuja audição da respetiva

Secretária-Geral, Helga Schmid, tem vindo a ser sucessivamente adiada por indisponibilidade de agenda da própria.

2.3. A situação das comunidades portuguesas e lusodescendentes no estrangeiro deverá merecer adequado acompanhamento, olhando a realidade social vivida no contexto dos países de acolhimento, e a evolução e variações registadas nos fluxos migratórios. Neste âmbito, dar-se-á continuidade ao acompanhamento em particular das situações na Venezuela __ atento o crescente agravamento da situação política e social vivida neste país __, bem como do Reino Unido, em virtude do impacto do BREXIT junto da comunidade portuguesa ali residente. Por outro lado, deve ser adequadamente acompanhado o processo de implementação das novas medidas de participação política, trazidas pela recente alteração das leis eleitorais, de forma a avaliar o seu impacto concreto.

2.4. O posicionamento estratégico de Portugal no contexto euro-atlântico, aconselha a uma particular atenção no que concerne à evolução do papel da NATO no contexto de insegurança global, seguindo atentamente a evolução da política norte-americana neste âmbito, tendo em consideração o posicionamento geográfico do território nacional e, em especial, o interesse estratégico dos Açores. Paralelamente, prestar-se-á a melhor atenção ao papel que a União Europeia tem vindo a desenvolver em matéria de política de segurança e defesa, nomeadamente no domínio da recente ativação da cooperação estruturada permanente. Sem esquecer que, desempenhando as Forças Armadas um papel determinante na execução e afirmação da política externa nacional, deve a Comissão aprofundar a compreensão e valorização da atividade que as mesmas prosseguem em tal dimensão.

2.5. Pretende-se igualmente aprofundar a realidade inerente às questões que se colocam ao nível do controle e gestão dos céus e do espaço marítimo nacional e europeu, aspetos diretamente relacionados com interesses estratégicos prementes nacionais.

2.6. No âmbito da política de cooperação orientada para o desenvolvimento, além das audições aos membros do Governo, a Comissão propõe-se ouvir entidades nacionais e estrangeiras, e acompanhar a evolução da política de cooperação para o desenvolvimento, tanto em relação ao seu enquadramento, como relativamente à sua concretização, no âmbito, designadamente, da ONU, União Europeia, e CPLP.

2.7. Ainda no âmbito da CPLP, dar-se-á relevância, no domínio bilateral, à evolução e aprofundamento das relações entre Estados membros, e no multilateral, ao impacto da sua Nova Visão Estratégica (2016-2026), aprovada em 2017, para a melhoria do seu funcionamento e eficácia.

2.8. A Comissão pretende continuar a acompanhar o processo de internacionalização da economia nacional, seguindo de perto a atuação da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, através tanto do contacto direto proporcionado por deslocações ao exterior a efetuar pela Comissão, como pela audição parlamentar da respetiva estrutura superior.

2.9. A língua portuguesa constitui um património inestimável de Portugal e um dos mais importantes ativos nacionais com impacto global. Como tal, constituindo fator identificativo e agregador de toda uma comunidade espalhada pelo Mundo, deve merecer o melhor acompanhamento e um maior esforço de promoção e divulgação, que esta Comissão pretende igualmente assegurar. Deve ser aprofundado o processo de sensibilização junto das instâncias responsáveis para a adoção do português como língua de trabalho na esfera institucional da ONU.

Concretizando, e tendo em conta as prioridades acima identificadas, ouvidos que foram os diferentes Grupos Parlamentares com assento na Comissão, elencam-se, de seguida, as diversas atividades previstas, considerando a respetiva tipologia.

3. Das Atividades Projetadas, em Particular

3.1. Audições com membros do Governo.

Pela sua relevância, realça-se desde logo a realização das audições regimentalmente previstas do Ministro dos Negócios Estrangeiros e sua equipa governativa, sem prejuízo da suscetibilidade de ocorrência, para idênticos efeitos, de requerimentos concretamente apresentados por parte dos diferentes Grupos Parlamentares.

3.2. Audições com dignitários estrangeiros.

Terão lugar, na sequência do que tem vindo a ser prática, audições com os dignitários diplomáticos portugueses que iniciem funções no exterior, estando igualmente previstas as já habituais

3.3. Audiências ao corpo diplomático.

Com tem vindo a ser hábito, o Senhor Presidente receberá os dignitários estrangeiros acreditados em Portugal, oportunidade sempre aproveitada para o estreitamento de relações com os diversos países envolvidos, com reflexos positivos no aprofundamento das relações interparlamentares bilaterais.

3.4. Audições temáticas.

Prevêem-se, igualmente, as seguintes atividades e iniciativas:

3.4.1. Não tendo sido possível na anterior Sessão, por motivos de agenda, receber em sede de Comissão, os Comissários Europeus para as Migrações, Assuntos Internos e Cidadania (Avramopoulos), e para a ajuda Humanitária e Gestão de Crises (Stylianides), reiterar-se-ão os correspondentes pedidos.

3.4.2. No mesmo sentido, reformar-se-á o pedido de presença da Senhora Secretária-Geral do serviço de ação Externa da União. Atenta a natureza das matérias, prevê-se que a formulação destes convites deva ser articulada com outras Comissões Parlamentares Permanentes.

3.4.3. BREXIT: Cenários na perspetiva portuguesa (perito a definir);

3.4.4. O novo quadro da cooperação e desenvolvimento (Jorge Moreira da Silva);

3.4.5. Observatório da Emigração (Relatório Estatístico anual);

3.4.6. Presidente do Instituto Camões, IP;

3.4.7. Conselho das Comunidades Portuguesas e seus representantes;

3.4.8. Estrutura superior da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal;

3.4.9. Realização de um ciclo de audições (ainda por denominar), convidando os Embaixadores dos países de língua oficial portuguesa acreditados em Lisboa, destinado a avaliar e prospetivar as relações bilaterais e multilaterais;

3.4.10. Segurança energética: a geopolítica do petróleo (já anteriormente prevista, mas que apenas decorrerá durante o corrente semestre). Prevê-se convite de outras Comissões com interesse na matéria. (José Manuel Félix Ribeiro);

3.4.11. Audição, por via não presencial do senhor Embaixador de Portugal em Caracas, bem como de diversas personalidades da comunidade portuguesa e lusodescendente radicada na Venezuela, contribuindo para um conhecimento o mais atualizado possível da realidade local.

4. Visitas

4.1. Centro de Operações do Comando Operacional Aéreo (Monsanto);

4.2. Base Aérea n.º 5 (Unidade à qual tem cabido, em grande parte, assegurar a participação de Portugal em missões decorrentes das suas obrigações internacionais);

4.3. Agência Europeia de Segurança Marítima;

4.4. Sede da CPLP, em Lisboa;

5. Deslocações ao Estrangeiro

5.1. Deslocações decorrentes da participação do Parlamento em diferentes estruturas e organizações internacionais;

5.2. República Popular da China (com passagem por Macau);

5.3. Turquia (em tempo adiada, devido à antecipação do processo eleitoral local);

5.4. Considera-se, ainda, a eventual deslocação de uma delegação da Comissão à sede da Organização das Nações Unidas, em Nova Iorque, aproveitando para contactar a comunidade portuguesa ali residente.

6. Colóquios / Conferências:

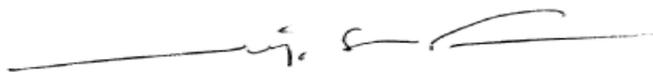
6.1. Extensão da plataforma continental portuguesa: expectativas, situação atual, e perspetivas;

6.2. O fenómeno dos populismos: realidades e tendências:

- A nova Política Externa dos Estados Unidos da América (Tiago Moreira de Sá);
- O AFD na Alemanha (Madalena Mayer-Resende);
- O em Marche em França (Bernardo Pinto Cruz);
- O M5E em Itália (Goffredo Adinolfi);
- Impacto dos Novos Partidos nos Sistemas Partidários Europeus (Marco Lisi).

Palácio de S. Bento, 25 de setembro de 2018.

O Presidente da Comissão



(Sérgio Sousa Pinto)